

25 JUL 1993



Para Inocêncio, o Legislativo ganha com a decisão Nelson Carneiro liberou acervo do Senado

Sessões revelam fatos históricos

Com um acervo bem mais volumoso do que a Câmara — 746 sessões secretas realizadas em quase 104 anos de República —, o Senado observou um limite de 25 anos de carência para o acesso às reuniões realizadas até 1965. Isto porque o Senado foi pioneiro na liberação das sessões ocorridas até esta data, durante a presidência do senador Nélson Carneiro, em 1990. Entre as revelações, momentos altamente agitados da vida nacional, como desdobramentos da revolução de 1930, cassação do Partido Comunista, últimos anos do governo Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Mas, como na Câmara, as informações sigilosas não corresponderam às expectativas. “Nem tanto esclarecedoras, que possam mudar a compreensão da história, nem tanto desprovidas de conteúdo, que justifiquem seu desprezo”, afirma Carneiro.

“De fato, algumas peças possuem conteúdo revelador de ocorrências e circunstâncias de certa monta. Por outro lado, outras, em especial as atas de sessões secretas, guardam sigilo tão absoluto, que torna impossível identificar até mesmo o assunto tratado”, ressalta o senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE), presidente da comis-

são para a análise dos documentos. Ele cita a correspondência lacrada do ex-senador e líder comunista Luiz Carlos Prestes. “Resumisse a assuntos de estrita natureza pessoal”, diz Rollemberg, que acreditou encontrar o ideário de comunismo ou a estratégia de Prestes para a implantação do socialismo no Brasil.

Carta — O senador reclama a falta de um documento acerca da renúncia de Jânio Quadros, entregue aos cuidados do ministro da Justiça, em 61, conforme mencionado na carta de Jânio. “Mas, embora sem efetivamente esclarecer essa grande lacuna no processo de conhecimento das razões que levaram o ex-presidente a abandonar o governo, os papéis encontrados servem, em muito, para se avaliar o quadro geral que antecedeu a posse de João Goulart”, garante.

Outro documento valioso refere-se às negociações que possibilitaram a anexação do Acre ao território brasileiro, em novembro de 1903. O acordo sempre foi contestado por alguns historiadores, que consideravam uma vitória para a diplomacia boliviana, que alcançou todo o Brasil, sem nos dar nada, além de um território que, se era seu de direito, nos pertencia de

fato, lembra o senador.

Acervo — Em sua exposição de motivos feita em sessão secreta, o então ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, tenta justificar a lisura do ato, além de sustentar as vantagens que a troca viria trazer ao Brasil. Diz um trecho do documento de Rio Branco — “... o fato de darmos cerca de 3.200 quilômetros quadrados para receber 191.000, não se poderia dizer que semelhante ato fosse indecoroso. Não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertaremos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas...”

O grande acervo de atas secretas do Senado se deve ao fato de que cabe a esta Casa a votação em sessão deste teor, dos nomes de candidatos a embaixadores, ministros do STF, e outros tribunais até os governadores do Distrito Federal, antes de 88. Desde que se encontra em Brasília, só três nomes foram rejeitados pelo Senado: o de Ermírio de Moraes para uma embaixada, o de Faustino Porto, para a diretoria do BNH, e o atual deputado Aluizio Alves (PMDB-RN) como ministro do Supremo Tribunal Militar. (S.B)